

Resenha

LEITE, Sergio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. *Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007. 276 p

A questão agrária brasileira: novos contextos e velhos desafios

Valdemar João Wesz Junior*



Em meio aos crescentes debates acerca da vocação agrícola brasileira e a consolidação do discurso do agronegócio enquanto

propulsor da economia nacional nos períodos de crise, as discussões sobre a reforma agrária perderam espaço em algumas esferas acadêmicas e político-institucionais nos últimos anos, aparecendo inclusive como uma questão resolvida, ultrapassada ou obsoleta. Apesar disso, o tema da reforma agrária reassumiu uma posição de destaque no debate atual com o lançamento dos dados do Censo Agropecuário de 2006, onde o IBGE revelou que a concentração da propriedade fundiária no Brasil permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos. Paralelamente, os níveis de pobreza e a desigualdade social no campo continuam latentes, inclusive com acréscimos em algumas regiões do país, o que corrobora para a retomada das discussões em torno da questão agrária.

Nesse contexto foi lançado o livro “Um futuro para o campo”, de Sergio Leite e Rodrigo Ávila, chamando atenção para a atualidade do tema da reforma agrária e para a sua pertinência no meio rural

brasileiro. Essa exposição, construída inicialmente para a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (2006), traz uma análise pautada por dados empíricos e congrega uma visão comparativa global, fundamentando os argumentos dos autores em bases sólidas.

No primeiro momento do texto Leite e Ávila resgatam e esclarecem a concepção de reforma agrária de forma didática e operacional, apontando que esta não deve se limitar a uma política de distribuição de ativos fundiários, mas requer um processo mais geral que envolva de modo complementar o acesso aos recursos naturais, crédito, tecnologias, mercado de produtos e de trabalho e, especialmente, à distribuição do poder público. Nesse sentido, mesmo a reforma agrária tendo um caráter redistributivo, ela não se restringe a isso, devendo ser conectada com um debate mais abrangente que envolva o desenvolvimento, a justiça e a igualdade social, além do combate à pobreza propriamente dito. Com isso os autores fazem com que a própria matriz do processo de transformação agrária seja repensada, retirando-a dos enlances reducionistas a qual foi submetida em período recente.

Sergio Leite e Rodrigo Ávila fazem suas ponderações sobre a reforma agrária considerando que seus efeitos

não se limitam à dimensão social, pois a questão econômica também é atingida, já que a distribuição de terras correlaciona-se positivamente com a distribuição de renda. No oposto, a desigualdade influencia negativamente o crescimento pela geração de instabilidade macroeconômica e constrangimento da poupança e do investimento dos segmentos mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, para além do crescimento econômico, a redistribuição de propriedades aproveita melhor a mão-de-obra e as terras, minimiza o êxodo rural, gera segurança alimentar (pelo autoconsumo e pela diversificação agrícola), fortalece politicamente os beneficiários, fomenta os mercados locais e redinamiza as regiões pela implementação de assentamentos. É nesse contexto que os autores vão afirmar que a reforma agrária se apresenta como um elemento de inevitável presença quando se pensa em redução da pobreza e da desigualdade em países em desenvolvimento com alta concentração fundiária, como é o caso do Brasil.

Após a desconstrução dos principais argumentos em prol da não realização da reforma agrária em um contexto como o brasileiro, retoma-se ao final uma discussão mais teórica que não se limita ao Brasil. Mesmo em uma análise menos densa, os autores reforçam o aparente papel do Estado na distribuição de ativos para o combate a pobreza e a atuação dos movimentos de lutam pela

terra para reivindicar seus direitos. É necessário resgatar que essa discussão é percebida a luz da importância da reforma agrária na justiça, na equidade e na inclusão social, visto que

“o acesso à terra tem significado a conquista de uma autonomia por parte das famílias beneficiárias, rebatendo diretamente na promoção da cidadania e na diminuição das injustiças sociais, permitindo a recomposição do tecido social, que na maior parte dos casos havia sido esgarçado pela presença dos colonizadores, elites econômicas, modernização tecnológica predatória, entre outros” (Leite e Ávila, 2007, p. 135).

Em suma, “Um futuro para o campo” edifica seus argumentos situando as experiências brasileiras e supranacionais de reforma agrária, destacando os efeitos perversos da concentração econômica e a necessidade de mudança na estrutura fundiária frente ao contexto de pobreza e desigualdade nos países em desenvolvimento. Assim, além da riqueza conceitual, operacional e de fácil assimilação, a grandeza desse livro consiste em apontar a necessidade da reforma agrária no contexto atual brasileiro, onde esse mecanismo não pode continuar sendo considerado obsoleto, desnecessário e negligenciado em uma nação onde se encontram os maiores e permanentes índices de concentração de ativos e renda.

* **VALDEMAR JOÃO WESZ JUNIOR** é Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente está vinculado ao Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ) como assistente de pesquisa.